

Os militares e o poder



» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF
Jornalista

Os militares estão no poder no Brasil desde o início da República. A monarquia constitucional desabou em 15 de novembro de 1889. O golpe da proclamação do nosso regime ocorreu quase por acaso. O objetivo dos revoltosos era derrubar o gabinete Ouro Preto. Mas, em meio a muitos boatos, conversas desencontradas, ameaças vazias, fake news da época, os revoltosos tiraram o marechal Deodoro da Fonseca da cama. Ele estava muito gripado, subiu no cavalo, no campo de Santana, no Rio de Janeiro, hesitou, mas soltou o grito: “Viva a República”.

O sistema político brasileiro se iniciou sob a bênção dos militares. A tropa queria aumento, maior participação no governo e institucionalizar as Forças Armadas. O imperador achava que só deveria haver exército quando houvesse guerra. Acabada a do Paraguai, seria natural extinguir a força terrestre. A essas reivindicações, somaram-se queixas dos fazendeiros que perderam a mão de obra escrava, desde a assinatura da Lei Áurea, no ano anterior.

Esse conjunto de circunstâncias derrubou a monarquia. D. Pedro II reinou por 49 anos e colocou dois militares no poder: Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto. As ideias positivistas tinham chegado ao Brasil por intermédio dos militares. A Igreja Positivista do Brasil — cujas ruínas resistem até hoje no bairro da Glória, no Rio de Janeiro — previa a ordem e o progresso como requisito para o aperfeiçoamento da sociedade, por meio de um sistema de governo protegido de insurreições ou rebeliões. Seria a ditadura

republicana. O dístico Ordem e Progresso está na bandeira do Brasil.

Os militares fizeram a Revolta dos 18 do Forte, em julho de 1922. Dois anos depois, iniciaram, a partir de São Paulo, a longa marcha, chamada de Coluna Prestes, que atravessou o país na diagonal. Saiu do oeste do Paraná e caminhou até o Rio Grande do Norte. Passou pelo quadrilátero que hoje abriga o Distrito Federal. Os militares descobriram o Brasil nesta marcha. E tiraram conclusões políticas. Luís Carlos Prestes foi para Buenos Aires, onde conheceu o ideário comunista. Os outros se organizaram para tomar o poder. E chegaram a ele com Getúlio Vargas na Revolução de Trinta. Mas o gaúcho, que era um político esperto e hábil, permaneceu no poder durante 15 anos.

No golpe de 1964, remanescentes da Coluna Prestes chegaram ao poder. A política entrou nos quartéis e a hierarquia saiu por uma porta lateral. As sucessões presidenciais ocorridas dentro dos comandos colocaram fardados contra fardados. Os generais se revezaram no poder cumprindo o mandato presidencial, mas sem eleições diretas. Os governos militares concederam prestígio à economia e à agricultura. Criaram, por exemplo, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), que permitiu a formidável expansão do agronegócio no país. O Brasil era importador de alimentos e de petróleo. Atualmente, exporta os dois itens em quantidades inimagináveis naquele período.

Hoje, o mundo é diferente. As guerras não serão travadas pelos meios tradicionais. Aviões serão substituídos por drones operados a partir de bases

secretas e seguras. Carros de combate e até navios poderão ser autônomos ou teleguiados a partir de quartéis distantes dos cenários do conflito. Mudou tudo. Cada vez mais, civis orientam as ações dos militares, como ocorre nos Estados Unidos e nos países europeus. Aqui a presidência e a vice-presidência da República constituem algo parecido com um quartel. O Ministério da Defesa foi militarizado, assim como o Ministério da Saúde. Moderno é dispor de força armada reduzida, porém extremamente eficiente. E altamente informatizada.

A eleição de Bolsonaro chegou a ser percebida por militares de alta patente como um novo momento de 1964, dessa vez, por meio das urnas. O presidente, contudo, decepcionou em toda a linha. Protegeu filhos acusados de rachadinhas, permitiu a livre disseminação de notícias falsas, atacou os principais poderes da República, agrediu governos amigos, brigou com o vizinho Argentina, virou as costas para a União Europeia. O resultado desses desmandos apareceu no passeio turístico por Roma. Uma briga em cada esquina.

Perdeu o apoio da oficialidade. Teve que calar a boca, calçar as sandálias da humildade e fazer acordo com o Centrão, grupo que ele criticou duramente desde o início de seu mandato. O surgimento da candidatura do ex-juiz Sergio Moro recoloca os militares numa posição de expectativa. Ele tem a aprovação majoritária dentro da força por ter tido a coragem de julgar e condenar Luiz Inácio Lula da Silva. Seria, ao ver dos fardados, o resultado natural da evolução política brasileira. Dessa vez pela via eleitoral.

A Câmara dos Deputados e o TCU

» JHONATAN DE JESUS
Deputado Federal pelo Republicanos de Roraima

No último domingo, 7 de novembro, o Tribunal de Contas da União (TCU) completou 131 anos de existência, desde o decreto nº 966-A editado pelo então ministro da Fazenda, Rui Barbosa. Desde o início, o TCU tinha os princípios da autonomia, fiscalização, julgamento e vigilância na análise das contas públicas.

Ao longo de seus 131 anos, o TCU se consolidou como órgão auxiliar do Congresso Nacional, mas com autonomia e independência próprias de uma instituição que a Constituição de 1988 reconhece, dando-lhe suas competências privativas estabelecidas nos artigos 33, 70, 72, 74 e 161. É o nosso farol da legalidade, da lisura e do bom agir com a coisa pública. É o vigilante incontestado de cada centavo público aplicado por quem tem o poder de manuseá-lo.

Em 100 anos, três décadas e um ano, o TCU e a Câmara dos Deputados estabeleceram uma parceria histórica que só trouxe benefícios para a sociedade brasileira e o país. São inúmeros os episódios da narrativa política brasileira em que o TCU desempenhou, mesmo recentemente, um papel histórico fundamental.

Nos últimos anos, o TCU assumiu um papel ainda mais ativo e presente na política brasileira, ganhando um merecido destaque à medida que brasileiros e brasileiras se interessam cada vez mais em saber como são aplicados seus recursos arrecadados pela União, estados e municípios em impostos e tributos, especificamente aqueles gastos pela administração federal ou de suas entidades da administração direta e indireta.

Responsável pela fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos órgãos e entidades públicas da União

quanto à legalidade, legitimidade e economicidade, o TCU procura ter um papel mais atuante e preventivo em relação aos gestores nacionais, estaduais e municipais.

O arco e o espectro de atuação e de responsabilidade do TCU é sobrejamente amplo e difuso. Cabe ao TCU, a seus 11 ministros e seu preparado corpo técnico, analisar as mais diversas situações. Cabe ao TCU fiscalizar a compra de materiais corriqueiros de uma prefeitura usando recursos federais, mas também os complexos contratos nucleares. Em resumo, cuida de clips e de usinas nucleares.

Nessa trajetória, o TCU e a Câmara dos Deputados podem sincronizar ainda mais a parceria entre eles, que só trará mais benefícios à Nação. Urge estabelecer parcerias que ampliem o diálogo, a discussão e o entendimento das ações dos gestores nas três instâncias da Federação.

O que propugna aqui é que o TCU amplie a sua auscultação, tornando suas decisões ainda mais propositivas e, mais ainda, preventivas. O TCU precisa ser mais um parceiro de prevenção dos atos dos gestores públicos — com esclarecimentos, recomendações e orientações prévias — do que ser apenas o instrumento de punição. O diálogo preventivo é o que deve nortear a ação do TCU, e não a simples punição.

O Brasil é um país continental com diferentes situações econômicas, sociais e políticas, que também se refletem na vivência e nas experiências de gestores municipais e estaduais. Em certas regiões brasileiras, a cultura de gestão pública é uma e, em outras regiões, é bem distinta. O Brasil não é uno, tem suas peculiaridades regionais.

Com muita similaridade, a Câmara dos Deputados abriga os representantes da população

com toda a diversidade de hábitos e costumes diferentes e específicos de todas as cinco regiões e de todos os recantos do país. O deputado federal, portanto, conhece muito bem as peculiaridades e as dificuldades de um gestor municipal e estadual.

O parlamentar da Casa do Povo sabe quais os problemas que cada um desses gestores enfrenta para cumprir as regras na aplicação dos recursos públicos com correção. É portanto, o porta-voz, o interlocutor natural de prefeitos e governadores no diálogo sério, impessoal e republicano com o Tribunal de Conta da União.

Mas há, ainda, muito a ser explorado nesse entendimento institucional entre a Câmara dos Deputados e o TCU. A principal delas é a parceria na prevenção dos atos administrativos dos gestores e, assim, evitar que eles cometam erros e equívocos que, se identificados previamente, economizariam recursos e tempo de todos os envolvidos, além de dar mais legitimidade e correção na decisão administrativa.

Acredito que esse é o melhor caminho. A prevenção é sempre melhor do que a posterior correção e mesmo a punição ao agente público, que, aliás, ocorre sempre que se comete uma falta. O TCU tem que ser o órgão de fazer a legalidade dos atos administrativos imperar e detém a expertise e a capacidade técnica e jurídica para orientar a todos os que movimentam recursos públicos.

Afinal, em seu papel institucional enormemente ampliado pela Constituição de 88, o TCU é o principal órgão de controle externo do governo federal e pode aperfeiçoar e contribuir a administração pública federal em benefício da sociedade, como estabelece a Lei Maior do país. Vamos à parceria que interessa a todos!

Novo patamar na coleta seletiva do DF, mais resultados para todos

» ALINE SOUZA DA SILVA
Presidente da Central de Cooperativas de Materiais Recicláveis do Distrito Federal (Centcoop/DF)

O mundo discute em Glasgow, na Escócia, a 9 mil quilômetros de Brasília, o que podemos fazer para reduzir a emissão de gases de efeito estufa. O simples fato de ocorrer esse debate, envolvendo especialistas de todos os continentes, mostra que evoluímos enquanto sociedade, buscando soluções para diminuir o impacto ambiental de nossas decisões de consumo. Mas aqui, nas ruas do Distrito Federal, há ainda muito a avançar e uma proposta aprovada pela Câmara Legislativa pode nos ajudar a aperfeiçoar o sistema.

O Brasil começou a entrar nesse jogo nos anos 1990, quando realizou a Rio-92, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, base para as seguintes Conferências do Clima. De lá para cá, colocamos no nosso dia a dia muitas preocupações, como o cuidado com a reciclagem e a coleta seletiva. E é justamente neste ponto, a necessária atenção ao que se faz com nossos resíduos domiciliares, que a Câmara sugere uma mudança de patamar no reaproveitamento de material.

O projeto de lei aprovado dará a cooperativas de catadores mais protagonismo na coleta e beneficiará a sociedade como todo, garantindo economia de recursos públicos que hoje são literalmente jogados no lixo. A proposta cria no DF a Política Pública Brasília Lixo Zero, Arquitetura Sustentável e Energia Renovável, valorizando um dos pontos previstos na Política Nacional de Resíduos Sólidos: a necessidade de os municípios incluírem cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis no processo de coleta seletiva. Pela proposta aprovada, que aguarda sanção do governador, a coleta de lixo no Distrito Federal, para fins de reaproveitamento, será realizada exclusivamente por redes de cooperativas e cooperativas de catadores.

Hoje, a coleta seletiva no DF é realizada de forma mista: uma pequena parte conta com o envolvimento de cooperativas, mas a maior parte dos contratos do Serviço de Limpeza Urbana (mais de 80%) são com empresas privadas, que também realizam a coleta de orgânicos e rejeitos. Enquanto as cooperativas têm um aproveitamento de 85% na triagem, o resultado da coleta pelas empresas é de apenas 38% de aproveitamento do material coletado.

Os números do SLU mostram que a contratação de empresas para o serviço de coleta seletiva não tem trazido os resultados desejados. Das 380 mil toneladas de resíduos sólidos coletados no primeiro semestre do ano, apenas 16 mil foram efetivamente recicladas, um sétimo do esperado no Plano Distrital de Gestão de Resíduos Sólidos do DF, elaborado pelo SLU em 2017.

No processo atual, as empresas recebem por tonelada na coleta de orgânicos e por rota na coleta de recicláveis. O resultado é que pouco material reciclável chega às Centrais de Triagem do DF, como alertaram as cooperativas, e mais de 90 mil toneladas de recicláveis acabam sendo aterradas por semestre.

É muito resíduo jogado fora. Além do impacto ambiental provocado e da redução da vida útil dos aterros, o valor enterrado pelo GDF representa aproximadamente R\$ 11 bilhões ou 10 mil salários mínimos. Por outro lado, minha prática mostra que o potencial material recuperado poderia voltar ao mercado, gerando uma renda de quase R\$ 150 milhões para os catadores locais.

Estamos falando a mesma língua que está colocada nas mesas de negociação em Glasgow. O indicador de excelência na atividade de reciclagem das cooperativas e associações é significativo para quem deseja um planeta mais sustentável. Mais reaproveitamento do lixo urbano, menor uso de matérias-primas virgens, menor consumo de energia e água, menor emissão de gases de efeito estufa e mais renda para as famílias dos cooperativados. Precisa de mais argumentos para sancionar a lei?

A realidade mostrou o quanto o jogo pode ser de “ganha-ganha” para todos os envolvidos: catadores e sociedade. Queremos ser mais que catadores e catadores, nos consideramos agentes ambientais, que, por meio de sua atividade digna, com um trabalho pedagógico sobre sustentabilidade, organizados em cooperativas, se tornam donos de seu negócio. E a sociedade, com o melhor aproveitamento do que descarta e melhor uso dos impostos pagos ao governo.

Estamos prontos para o desafio. Na minha vida de catadora de resíduos, vejo que temos toda a capacidade para ampliar a coleta seletiva do Distrito Federal, melhorando as condições de vida da sociedade e ajudando a orientar a separação do nosso lixo. Todos ganharemos!